

# Os Ministérios numa Sociedade em via de Urbanização

In this article urbanism is shown in the light of the Church. Modern urbanism requests a new spiritual view and new moral principles. Everybody wants to live in the big cities. Farms are becoming deserted. Mainly young people are migrating to cities.

So far Religion was rural. Church had a hard time to recognize that Religion is not up-to-date for city life.

Sociology will show the Church the facts. The relationship parish-rural life is breaking down. But sociology shows facts, it does not point out a solution.

Will theology bring up a solution? Theology may tell the Church the general principles that relate the material to the spiritual world, but it cannot give a definite answer to ministry, it cannot give a definite pastoral program.

This is the role of Pastoral Work. Pastoral has to get into society, family, even into individuals and show the new ways, the new forms of spiritual activity. Today we need better authorities that know how to govern rather than to administrate.

---

J. COMBLIN

Inst. de Teologia, Recife

O Concílio Vaticano II prescreve aos bispos no Decreto **Christus Dominus**, n.º 16, § 5, o seguinte: "A fim de poderem cuidar do bem dos fiéis de maneira mais apropriada à condição de cada um, esforcem-se para conhecer-lhes a fundo as necessidades nas circunstâncias sociais em que vivem. Aproveitem, portanto, os instrumentos técnicos, especialmente, a pesquisa social".

Ora, o processo de urbanização, fenômeno novo e típico do século XX, modifica profundamente a situação religiosa dos homens. Necessariamente, tôdas as instituições

religiosas nascidas há mais de um século, foram profundamente marcadas pelo estilo da civilização rural ao qual foram adaptadas. Por conseguinte, na medida exata em que essas instituições foram fecundas e utilíssimas no passado, elas se tornam inúteis e estéreis na nova civilização urbana que está surgindo na humanidade inteira. Ora, o processo de urbanização é um fenômeno irreversível que nada poderá deter. Desde já, bem sabemos que, no Nordeste, por exemplo, a única ambição dos jovens é sair do campo e ir morar no Rio

ou em São Paulo. Todos sabem muito bem que no campo não há futuro: o futuro do mundo fica nas cidades grandes. Podemos lamentá-lo. De certo modo, há muitos valores da antiga civilização rural que vão se perder. Mas não adianta chorar. O próprio fato de que os governos não achem interessante realizar uma reforma agrária, acelera o processo de emigração para as cidades.

- A Igreja demorou muito em reconhecer e aceitar este fato. As razões da demora são diversas. Entre elas, com certeza, devemos invocar o fato de que, na Europa, a estrutura fundamental da instituição ficou essencialmente rural até agora: a paróquia de tipo rural é a estrutura de base, e o recrutamento de todas as vocações estava baseado na classe rural. A atual extinção da classe rural na Europa é a causa principal da extinção das vocações.
- O próprio Concílio não deu atenção ao fato da urbanização.

Desde então, no entanto, a tomada de consciência foi rápida: foi uma consequência do espírito conciliar de atenção ao mundo. Hoje em dia, a Igreja aceita o fato da urbanização, e emite o desejo de adaptar a sua pastoral à essa nova situação. Contudo, apenas vislumbramos o alcance das mudanças que a urbanização vai exigir das instituições.

Pois, a urbanização não é apenas o fato físico da concentração da população num mesmo lugar. A concentração traz consigo um novo estilo de vida: a vida de cidade grande é muito diferente da vida rural: os valores dos habitantes das cidades grandes são muito diferentes dos valores dos homens do campo.

Até há poucos anos atrás, os sacerdotes e os religiosos tendiam a subestimar os valores da cidade e a sobreavaliar os valores da vida rural. Achavam freqüentemente que a cidade grande "despersonaliza", "desumaniza", "afasta de Deus", etc. Na realidade, eles estavam mais adaptados ao ambiente rural, e exprimiam assim o seu próprio desajuste no meio da civilização urbana.

Atualmente, podemos contar com bons estudos de sociologia religiosa que nos oferecem boas introduções aos problemas que a urbanização coloca para a pastoral de hoje e de amanhã (1). À medida que as instituições da antiga civilização rural enfraquecem, o clero começa a sentir também a necessidade de prever, para amanhã, novas estruturas e novos quadros.

Veremos, aqui, de que modo podem contribuir primeiro a sociologia, e, em segundo lugar a teologia. No entanto, o problema de hoje não se deixa resolver nem pela sociologia, nem pela teologia. A Igreja de hoje há de aceitar o desafio de tomar decisões e criar realidades espirituais e institucionais novas: a pastoral vai além dos dados da sociologia e da teologia. A pastoral procede de fontes próprias, e propriamente sobrenaturais. Daí as três partes desta exposição.

(1) Cf. Norbert Greinacher, *Die Kirche in der städtischen Gesellschaft* (Schriften zur Pastoraltheologie, VI), Matthias-Grünewald-V., Mainz, 1966; *Kirche in der Stadt. T. I. Grundlegung und Analysen* (Beiträge des Österreichischen Seelsorgeinstitutes zur Erneuerung des kirchlichen Heildienstes), Herder, Wien, 1967; T. II. *Probleme, Experimente, Imperative*, Herder, Wien, 1968; *Union des œuvres catholiques de France, Urbanisation et pastorale*, Paris, Fleurus, 1967; J. Comblin, *Théologie de la Ville*, Paris, Ed. Univ., 1968; numerosos artigos de Fr. Houtart, J. Remy, etc.

## I. Dados de sociologia

A alguns ainda repugna a idéia de invocar a sociologia quando se trata de problemas de Igreja. Mas a sociologia não faz outra coisa a não ser mostrar os fatos. E como poderíamos prescindir dos fatos no desempenho da missão da Igreja?

Quais são, no caso que nos interessa aqui, os fatos que aponta a sociologia? Podemos agrupá-los sob quatro itens:

A. A sociologia constata os fatos de desintegração do antigo modo rural de viver. No que diz respeito a nosso assunto, o estudo da civilização rural mostra o desaparecimento de uma sociedade caracterizada pelas notas seguintes:

— vida social dominada pelos laços do sangue, da família e da vizinhança geográfica. As pessoas viviam em pequenos agrupamentos de famílias. Nesse contexto, a pessoa não escolhe suas relações sociais: tôdas são impostas pelo fato de nascer numa família determinada, numa comunidade local determinada. A sociedade é sempre mais forte do que o indivíduo.

— a vida social é uma totalidade. As mesmas pessoas se encontram reunidas tanto na vida familiar, como no trabalho, na diversão, nas atividades culturais e religiosas. Como consequência: o grupo exerce sobre os membros uma vigilância constante e total. Quem não se conforma, tem que emigrar e romper com tudo.

— a vida social é dirigida pela tradição e pelo conformismo; ela favorece as formas estáticas, a rotina, a fidelidade ao passado, a passividade dos indivíduos.

— a autoridade é predominantemente de tipo tradicional. Mandam os representantes do passado: pais,

anciãos, chefes patriarcais de clãs, proprietários. O exercício da autoridade consiste em manter as tradições, impedir as inovações e obrigar os jovens a seguir o caminho de seus pais. A autoridade não promove mudanças, mas apenas conserva o que foi transmitido (2).

B. A sociologia mostra o relacionamento íntimo entre a paróquia tradicional e o modo rural de viver.

O que é a paróquia? Não nos cabe aqui fazer uma exposição extensa da instituição paroquial, de sua história, de sua finalidade ou de seus valores. Entendemos a paróquia no sentido do cânon 216: "§ 1. — *Territorium cuiuslibet diocesis dividatur in distinctas partes territoriales; unicuique autem parti sua peculiaris ecclesia cum populo determinato est assignanda, suusque peculiaris rector, tamquam proprius eiusdem pastor, est praeficiendus pro necessaria animarum cura.* § 2. — *Partes diocesis de quibus in § 1, sunt paroeciae*".

Portanto, a paróquia consta de cinco elementos: 1. um território fixo; 2. um edifício para o culto; 3. um povo: todos os batizados que moram no território e não são isentos pelo direito, cf. cânon 464 § 1; 4. um sacerdote; 5. a *cura animarum* que é uma série de obrigações atribuídas ao sacerdote pelos cânones 461-470.

De modo particular, o pároco deve conhecer todos os paroquianos (cânon 467 § 1), manter um "*liber animarum*" com anotações sobre a vida cristã de cada paroquiano (cânon 470 § 1), administrar os sacramentos, visitar os doentes, visitar tôdas as escolas e impedir

(2) Há uma bibliografia abundante nos livros acima citados. Há uma boa introdução no livro coletivo *O fenômeno urbano (Textos básicos de ciências sociais)*, Zahar, Rio de Janeiro, 1967.

que aí se ensinem doutrinas erradas, etc.

Esses cânones manifestam já o espírito da instituição. Os decretos de reforma do Concílio Tridentino explicitam-no mais claramente ainda. Ver Sessão 21, cânon 4, e Sessão 24, cânon 13. A alma do sistema paroquial é a relação pessoal entre o pároco e cada um dos paroquianos. O pároco conhece e orienta pessoalmente todos os paroquianos. Ele se sente pessoalmente responsável da salvação de cada um dos habitantes de sua paróquia. Por isso, a figura do Santo Cura de Ars é o modelo insuperável de pároco segundo o Concílio tridentino (3).

Desde o momento que o pároco não acompanha mais pessoalmente cada um dos paroquianos, o sistema paroquial entra na falência.

Este sistema paroquial concorda perfeitamente com o modo rural de viver:

— a paróquia é uma associação baseada na vizinhança, sendo associação forçada e não voluntária; o cristão não pode escolher sua paróquia.

— a paróquia acompanha e controla o cristão em todas as dimensões da vida; trata-o como membro da comunidade total sem dar valor aos seus caracteres específicos ou às categorias às quais ele pertence.

— a paróquia administra e conserva o passado cristão; a paróquia é órgão da tradição, da transmissão de um estilo total de vida; a paróquia não converte, nem inventa novos estilos de vida, nem é órgão de criação.

— a paróquia atribui todo o papel ativo ao pároco; não há nela nem distribuição ou participação da autoridade; o dever dos paroquianos é aceitar a orientação do pároco e contribuir com as instruções dele; a iniciativa não se pode manifestar.

É de se notar que a paróquia tradicional não deve ultrapassar os 500 habitantes. Essa foi a regra até o fim do século XVIII. No entanto, no Brasil, a média de batizados por paróquia ultrapassa os 20.000. Com essas condições, a paróquia se transforma em ficção, mantida pelas formas jurídicas. Na realidade, há outra coisa que não é a paróquia.

No Brasil, não existe a paróquia rural tradicional. Existe a desobriga. O que se chama paróquia rural, é a paróquia estabelecida no centro urbano situado no meio de uma região rural. Todas as paróquias brasileiras são urbanas — apesar de não adaptadas ao ambiente urbano. Nas cidades grandes, as paróquias do mundo católico inteiro deixaram de ser paróquias pelo fato de contarem com mais de 20.000 paroquianos. A instituição fica na forma jurídica, mas, não cumpre mais o seu papel desde o fim do século passado.

C. A sociologia mostra os caracteres do modo urbano de viver:

— vida social predominantemente baseada em associações voluntárias. O indivíduo escolhe sua profissão, e, portanto, seu ambiente de trabalho — pelo menos na medida em que ele se integra na sociedade urbana; escolhe o círculo de seus amigos, seu ambiente de diversão (clube, etc.), suas sociedades culturais. Não se preocupa pelos vizinhos. A família continua sendo muito importante, mas dei-

(3) Sobre a paróquia, cf. J. Comblin, *Théologie de la Ville*, p. 346—389. Ver também o volume coletivo.

A paróquia ontem, hoje e amanhã (Sociologia e pastoral, 6), Ceris, Vozes, Petrópolis, 1967.

xa de ser o centro de tôdas as atividades. Quem vem do campo, acha que a falta de senso de vizinhança constitui um resfriamento das relações sociais. Mas é apenas a marca de uma maior liberdade. O indivíduo torna-se independente da vizinhança para poder encontrar, por um lado uma verdadeira solidão para uma verdadeira intimidade, e, por outro lado, a possibilidade de escolher suas relações. Na cidade, a pressão social diminui, a capacidade de liberdade aumenta. Como dizia um provérbio da idade média: o ar da cidade torna livre. Outros sentem o anonimato da cidade; sentem-se perdidos na grande massa. Mas essa impressão é de quem não se integrou na cidade, e não aprendeu a capacidade de escolher seus amigos e seus ambientes sociais. É reação de quem está acostumado a sofrer passivamente e a receber relacionamentos sociais prefabricados, de quem não sabe criar a própria vida social. Veremos que muitos sacerdotes sentem tal isolamento por falta de aculturação: foram preparados para uma vida rural; não têm capacidade para se adaptarem ao meio urbano; não sabem criar relações sociais.

— vida social diferenciada ou pluralista. Cada indivíduo pertence a vários ambientes: ambiente de família, de amigos, de trabalho, de diversão, de cultura, de religião, etc. Em cada ambiente, as relações são qualificadas. Nenhum ambiente pode pretender dominar ou controlar a vida inteira do indivíduo. No ambiente de trabalho, as relações referem-se ao trabalho; no clube, elas se referem à diversão, etc. No trabalho, não se trata de discutir assuntos de família, nem de religião; na família, não se trata dos

assuntos de trabalho, etc. As relações são orientadas, funcionais, seletivas. Graças a essa multiplicidade de relações parciais, o indivíduo mantém mais liberdade em relação a todos os relacionamentos. Porém, nada impede que cada um atribua a um ambiente determinado um valor privilegiado. Por exemplo, na sociedade de lazeres, muitos dão o primeiro valor ao ambiente de diversão: família, fábrica são meios que se suportam, mas o clube ou a associação de amigos é o ambiente em que se "vive". Para outros, a religião fornece o ambiente privilegiado, para terceiros, o trabalho, etc.

— vida social dinâmica. A sociedade urbana procura o progresso, a maior adaptação às condições que lhe são oferecidas, a maior flexibilidade para conferir mais vantagens ou mais liberdade a seus membros. A sociedade urbana não atribui valor privilegiado ao passado, às tradições. Seu ofício não é manter, e sim estimular, excitar, promover, mudar e provocar mudanças. A fábrica que não muda seus processos de fabricação, perde terreno e morre. O clube que não se transforma e melhora constantemente, perde seus membros. A família que não se torna mais acolhedora faz fugir os filhos. A religião que não oferece aos seus fiéis satisfações, perde prestígio, nem consegue atrair a juventude.

— na sociedade urbana, a autoridade há de ser funcional, eficaz, dinâmica, sendo participada pelos membros numa corresponsabilidade constante. A autoridade pertence a quem tem dons de liderança mais eficientes (4).

(4) A mesma bibliografia estuda o modo de viver rural e urbano. Os estudos são comparativos.

D. A sociologia pode prever a evolução da paróquia na civilização urbana, assim como a evolução provável de uma instituição eclesástica, se fôr abandonada ao seu próprio dinamismo, isto é, se não sofrer reformas radicais. Já que, na maioria dos casos, as instituições são incapazes de reformas radicais, e as autoridades tradicionais preferem "deixar como está para ver como fica", as previsões sociológicas são geralmente seguras.

Constatamos a evolução seguinte nas cidades de hoje:

— as paróquias urbanas tendem a reconstituir modos de vida rural e de vizinhança nos bairros da cidade. Ora, o bairro não é representativo da vida urbana. Dada a extrema mobilidade da vida urbana, o bairro somente tem significado para as pessoas menos integradas na sociedade. A unidade de civilização urbana é a própria cidade, e, dentro da cidade, os setores da vida: setor comercial, financeiro, universitário, teatral, literário, esportivo, etc. A paróquia permanece alheia à própria pulsação da vida da cidade, e alheia à evolução dos setores da vida. A paróquia sente que a cidade aspira os paroquianos. Se ela pretende atrair os paroquianos, ela se transforma em fator de alienação, afastando-os da verdadeira vida. Portanto, os que participam da vida paroquial são os elementos menos ativos, mais rurais, menos dinâmicos da cidade.

— apenas uma pequena porcentagem de batizados participam da vida paroquial. Nos setores mais fiéis, que são os de classe média, a porcentagem de freqüência aos serviços religiosos não ultrapassa 20%. Mas apenas 5% participam

nos setores populares. Aliás, dos que vão à missa, apenas 10% participam ativamente das atividades paroquiais. Numa paróquia de 30.000 batizados, poucas vezes, haverá mais de 500 pessoas realmente integradas nas atividades paroquiais, e pessoalmente conhecidas pelo pároco. Para os demais, a paróquia é apenas um pósto de distribuição de sacramentos. Ora, as 500 pessoas que participam da vida paroquial, exercem poucas atividades dinâmicas dentro da sociedade urbana. Por isso mesmo, a paróquia constitui um quisto rural dentro da cidade, sem chegar a constituir um fator de cristianização real da cidade.

— a paróquia urbana tende a polarizar-se em torno da classe média baixa. Mesmo nas cidades pobres do interior, observa-se uma lei constante: os menos pobres afastam os mais pobres da Igreja paroquial. Os mais pobres não vão para a matriz. Pois, na sociedade urbana, a separação das classes sociais é fato inevitável. Se a paróquia mantém a pretensão de ser um meio social único e homogêneo, obrigatório para todos, o único efeito dessa pretensão será o afastamento dos pobres, o que se pode verificar em todas as paróquias, mesmo quando o vigário é inconsciente do fato. Uma paróquia aberta para os pobres é uma **contradição in terminis**: jamais existiu. Na cidade, os pobres somente participam de atividades feitas para eles. Quem os afasta da matriz, não é o vigário: são os paroquianos de classe média, porque andam bem vestidos, com sapatos, bem limpos e olhando para os pobres com olhar de compaixão e superioridade. Portanto, aos poucos, inevitavelmente

a paróquia torna-se o centro da classe média baixa menos integrada na sociedade (5).

Por causa do enfraquecimento da paróquia, a Igreja urbana procura encontrar de novo um público seguindo as solicitações da sociedade urbana. As saídas são as seguintes:

— oferecer à classe média serviços: colégios e hospitais. Os colégios religiosos oferecem à classe média um caráter de classe acentuado. Aí a classe média encontra seus valores defendidos e exaltados. Pelo fato de seu estilo de educação, os colégios religiosos são para a classe média um sinal de identificação. Ter sido educado num colégio religioso é um atestado de "família boa". De modo semelhante, os hospitais religiosos oferecem cuidados mais delicados, o estilo de classe média, e o ambiente já conhecido. Por isso há uma grande procura de tais serviços. São os meios pelos quais as classes médias colocam a Igreja a serviço de seus interesses. O clero e os religiosos são imediatamente adaptados a tais serviços, porque, por formação, eles pertencem à classe média. Embora nascidos muitas vezes na classe pobre, os padres e os religiosos receberam uma formação que lhes deu os modos de ser da classe média.

— oferecer à classe média associações voluntárias, grupos pequenos que constituem fraternidades, em que os habitantes da cidade encontram a satisfação de seus desejos religiosos: MFC, Equipes, Curinhos de cristandade, Focolari,

etc., são instituições adaptadas ao estilo de vida urbana. Aí as classes médias encontram o ambiente que a paróquia não fornece. Esses grupos respondem aos requisitos da sociedade urbana. Aqui também, o clero e os religiosos são mais aptos para fornecerem tais serviços à classe média. Não adianta dizer que o padre é de todos, que os fatos desmentem necessariamente tais afirmações: todos os seus gestos, seu modo de ser, suas palavras, suas relações habituais, seus valores são de classe média. Manter um só clero é, inevitavelmente, reservar o clero para a classe média. Haverá exceções: mas elas serão sempre exceções, e, portanto, confirmam a regra. Se não mudar a composição do clero, podemos ter certeza de que a Igreja se especializará cada vez mais na classe média baixa.

As cidades grandes dos países subdesenvolvidos conhecem os mesmos problemas de todas as demais cidades, e alguns problemas a mais (6). Entre os problemas específicos dos subdesenvolvidos, existem os seguintes:

1. O herodianismo da classe alta. A expressão é de Toynbee. Os herodianos eram os judeus que imitavam o modo de viver dos Romanos. Os herodianos de hoje são as classes altas dos países subdesenvolvidos que vivem física ou mentalmente nos países desenvolvidos. As classes altas do Brasil não vivem no Brasil dos demais, mas formam uma colônia que procura importar os modos de viver dos EE. UU. ou da Europa. A consequência desse herodianismo é que

(5) O mesmo fenômeno foi constatado nos Estados Unidos nas igrejas protestantes. Cf. Gibson Winter, *The Suburban Captivity of the Churches*, New York, 1961.

(6) Cf. *Urbanização e subdesenvolvimento* (Textos básicos de ciências sociais), Zahar, Rio de Janeiro, 1969; Milton Santos, *A Cidade nos países subdesenvolvidos*, Civil. Bras., Rio de Janeiro, 1965.

as classes altas permanecem indiferentes à vida da cidade tomada globalmente. Ignoram a pobreza, os problemas das grandes massas, as dificuldades do desenvolvimento da cidade. São parasitas, e adotam o comportamento parasitário dos estrangeiros.

2. A população não integrada na sociedade urbana constitui os marginalizados: favelados, mocambos, sem emprego fixo, sem benefício das leis sociais. Essas massas constituem um fenômeno novo. Começou há uns 20 anos nas grandes cidades do mundo subdesenvolvido, sendo um dos subprodutos da civilização industrial (7). Essas massas tendem a aumentar. No Rio de Janeiro, ultrapassou o milhão o número de favelados. No Recife, há 600.000 habitantes que moram em mocambos, cuja população total é de 1.200.000.

As massas marginalizadas constituem o que O. Lewis chamou de "cultura dos pobres". Estão totalmente desligadas da Igreja, salvo em alguns grupos isolados em torno de sacerdotes ou de religiosas que vivem no meio delas. A prática religiosa católica não atinge 1/1000. Proliferam entre eles as seitas e os cultos africanos. Numa paróquia de 30.000 habitantes, contaram, no Recife, 18 capelas protestantes e 45 terreiros de xangô.

A sociologia mostra fatos. Mas não pode apresentar nenhuma solução. Ela pode mostrar aonde vai a Igreja, se não houver modificação importante na orientação atual. Mas não pode dizer se convém ou

não modificar algo das instituições eclesiais. Não lhe cabe dizer se a Igreja deve ou não reservar sua pastoral para a classe média. Constatamos que o faz, mas não é capaz de dizer se isso é um bem ou um mal.

Doutro lado, a sociologia estuda também as diversas formas de ministérios de uma sociedade religiosa. Já que tratamos desse assunto em outra obra (8), achamos inútil repetir o que o leitor encontrará com facilidade consultando-a. Se a sociologia não oferece solução, será que a teologia é capaz de suprir essa deficiência?

## II. Dados da teologia

Antigamente, isto é, até há cinco anos atrás, o papel da teologia estava marcado pela distinção indiscutida entre teologia e direito canônico. A teologia não se reconhecia o direito de examinar os fundamentos dos cânones. A teologia sabia que havia uma distinção entre o elemento de instituição divina e o elemento de instituição eclesiástica nos ministérios eclesiásticos. Mas os elementos eclesiásticos pareciam ter fundamento teológico suficiente na decisão da autoridade que os estabeleceu. Os teólogos não se perguntavam porque existia o clero na forma sociológica que é obrigatória e única, hoje. A decisão das autoridades era suficiente para legitimar os fatos. Por conseguinte, os teólogos aplicavam as noções reveladas sobre os ministérios, às realidades, definidas pelo direito. A teologia não era de modo algum fator de invenção. Sua função era ideológica, tendendo a reforçar a instituição existente.

(7) Ver sobre a cultura dos pobres os livros famosos de Oscar Lewis, sobretudo (citamos na edição castelhana) *Los hijos de Sanchez*, Cinco famílias mexicanas, Pedro Martinez.

(8) Cf. *O futuro dos ministérios na América latina*, Vozes, Petrópolis, 1968.

Na atualidade, a teologia enxerga de outro modo seu papel no que diz respeito aos ministérios. O que é que se pode, porém, esperar dela? Eis algumas funções teológicas. Do conjunto tiraremos a conclusão de que a teologia não é capaz de fornecer a resposta ao problema dos ministérios, embora possa dar contribuições.

1. Separando a instituição divina da instituição humana, a teologia pode definir a medida da liberdade da Igreja ao definir os seus ministérios. A missão que os textos conciliares atribuem às ordens sagradas são suscetíveis de muitas realizações concretas. Doutro lado, das funções atribuídas aos presbíteros, quase tôdas podem ser assumidas por ministros inferiores ou por leigos. Sômente o ato de presidir a Eucaristia e a absolvição dos pecados não podem ser assumidas por outros. Quanto às funções diaconais, nenhuma supõe uma ordenação. Portanto, as missões concretas reservadas na vida de cada dia aos diversos ministérios, dependem de uma instituição eclesástica. A Igreja deve reservar a alguns a presidência da Eucaristia e a absolvição dos pecados: todo o resto permanece de livre determinação. Quanto aos caracteres concretos das pessoas às quais se reserva a presidência da Eucaristia e a absolvição dos pecados, como participação das funções episcopais, tudo é livre. Cristo deixou a maior liberdade à Igreja. O papel da teologia é mostrar até onde vai essa liberdade, fazendo aparecer a totalidade dos elementos de instituição humana.

2. A teologia pode desfazer a impressão de imutabilidade dos ministérios, no seu estado atual. O que existe, atualmente, nasceu em

circunstâncias determinadas e enforça-se no contexto histórico concreto em que nasceu. O tempo confere prestígio àquilo que dura. Mas nenhuma instituição de direito eclesástico tem outro fundamento a não ser o contexto histórico que lhe deu valor. Antigamente, os teólogos davam a impressão de que o passado da Igreja se acumulava de modo irreversível, de tal modo que, uma vez instituída uma forma sociológica, nunca mais poderia deixar de existir. Essa impressão carece de fundamentos. As instituições que não respondem mais às necessidades do tempo podem e devem desaparecer. O que procedeu de um esforço de adaptação a uma civilização determinada, há de desaparecer com essa civilização. A Igreja não se pode transformar em museu de instituições que sobrevivem, formalmente, sem eficácia.

3. A teologia recorda a anterioridade da missão da Igreja em relação a tôdas as formas concretas de ministérios. Antes de ser vigário, assistente, professor, superior de comunidade, etc., o sacerdote e o religioso são cristãos: portanto seu primeiro dever é identificar-se com a missão da Igreja e procurar as formas concretas, novas que lhe permitirão cumprir essa missão. Antes de realizar um papel concreto, o cristão aceita a missão de procurar quais são os papéis que convêm nos tempos de hoje. Justamente porque a missão da Igreja é anterior a qualquer ministério concreto determinado. Por isso mesmo, ninguém pode invocar sua função atual para se dispensar da tarefa de corrigir a própria definição do papel que recebeu. Não basta cumprir papéis designados e fixados de antemão. É preciso subordinar ês-

ses papéis às necessidades da missão da Igreja.

Ora, a missão da Igreja implica numa variedade grande de serviços e ministérios. O Decreto conciliar sobre as missões (Ad Gentes, n.º 11 a 18) fez uma lista de ministérios, de acordo com as etapas da missão da Igreja. Não se trata nem de uma lista exaustiva, nem de uma declaração dogmática. Porém, a exposição do decreto representa, pelo menos, um ponto de partida. Pois, a missão da Igreja exige os ministérios seguintes: testemunho de vida e diálogo — presença ativa da caridade — evangelização ou ministério da conversão — catequese ou formação cristã — formação de comunidades cristãs — formação de um clero local — formação de catequistas — formação da vida religiosa segundo os moldes locais.

Para que se cumpra a missão da Igreja, o exercício desses ministérios deve encontrar-se em qualquer Igreja local realizada de certa maneira. Conforme o grau de evolução, certas Igrejas darão mais ênfase aos primeiros ministérios, outras aos últimos. Porém, sendo dinâmica, a evolução da Igreja envolve quase sempre algo de todos os ministérios.

Pois bem, há uma tendência inevitável, própria da natureza humana, para fixar os papéis, os ministérios e as instituições. Depois de funcionar durante algumas gerações, uma instituição perde contacto com suas origens e suas finalidades, e existe em função de si mesma. Ela se torna a si mesma a norma de seu próprio crescimento. Quando as instituições começam a se tornar suas próprias normas, isto é, quando a instituição subordina tudo a sua própria subsistência, a

verdadeira vida já está longe. A teologia pode lembrar às instituições quais são as verdadeiras finalidades da Igreja.

O que acontece, hoje em dia, é isso mesmo: os ministérios adquiriram uma forma estável, indiscutível, da qual ninguém poderia dizer qual é a utilidade ou a eficácia. O seu problema é o do recrutamento. Pois o recrutamento chegou a um ponto de saturação. Porém, antes de perguntar qual é o modo de recrutar pessoal para as diversas funções estabelecidas na Igreja, faz-se mister interrogar-se a respeito de sua necessidade. Não há mais vocações para tal ou qual instituto: será que esse instituto responde ainda a uma missão da Igreja, ou funciona apenas em função de si mesmo, com o fim de subsistir e de manter o passado?

Submeter os ministérios instituídos à crítica da verdadeira missão da Igreja, essa tarefa não ultrapassa a possibilidade da teologia.

4. A teologia pode orientar, de certo modo, a definição de novas formas concretas de ministérios, definindo as relações entre a missão da Igreja e o mundo.

Pelo que foi dito, até agora, sabemos que precisamos dissolver primeiro o conceito sociológico tradicional de "clero", de "padre", de "vigário". O mais provável é que a figura tradicional do "padre" vai desaparecer, e, daqui a pouco, será tão antiquada como a figura do "mandarino" na China, ou como as figuras tradicionais de "coronel" ou de "bacharel" no interior. Não haverá mais "padre". Do mesmo modo a figura do "frade" ou da "freira" estão em vias de desaparecimento. Surgirá outra coisa, que tomará outras feições. Serão ministérios que, de alguma maneira, as-

sumirão uma ou várias missões tiradas da lista do decreto **Ad Gentes**, mas sem ter as aparências do "padre", do "frade" ou da "freira".

No que diz respeito à criação de modelos novos, a teologia pode apenas enunciar os princípios gerais que orientam o relacionamento do mundo e da Igreja.

Por um lado, a Igreja pode e deve aprender: o mundo ensina a Igreja, conforme diz a Constituição **Gaudium et Spes**. Portanto, a Igreja adapta-se e adapta seus ministérios aos homens. Doutro lado, essa adaptação não consiste em dar satisfação aos desejos ou às aspirações manifestadas pelos homens, **hic et nunc**. Pois, a Igreja não serve o mundo no sentido de estar à disposição dos homens que existem hoje, para lhes dar satisfação nos seus desejos de hoje. O relacionamento entre a Igreja e o mundo é dialético. Por conseguinte, o serviço da Igreja ao mundo consiste em levar o mundo para uma realização mais perfeita de si mesmo: o serviço envolve a contradição do presente. A Igreja pode e deve opôr-se ao estado atual do mundo para apelar para uma forma mais perfeita do mundo. Os ministérios são adaptados ao mundo, não na medida em que respondem aos desejos manifestados **hic et nunc**, mas na medida em que sabem contradizer o mundo de hoje, em nome do mundo de amanhã. Ministério adaptado quer dizer não ministério aprovado, e sim ministério correlativo de tal estado do mundo, complementar, integrado numa ascensão dialética.

Atualmente, a evolução espontânea tende para a formação de assistentes de pequenos grupos de classe média. A evolução atual da Igreja leva para a concentração da

instituição em torno de grupos de classe média, fornecendo-lhes as "socioterapias" de que precisa a classe média. Com certeza, não se pode nem ignorar, nem desprezar essas aspirações da classe média. Mas o papel da Igreja não consiste em responder às deficiências psico-sociais de grupos de classe média. A missão da Igreja vai além disso. Portanto, os ministérios devem visar efeitos que os grupos não percebem. A missão da Igreja é objeto de fé e não de percepção imediata. Normalmente, os grupos espontâneos tendem a dar-lhe menos importância do que às próprias necessidades psico-sociais. Ora, esse "além de" é precisamente o objeto e a razão de ser fundamental dos ministérios. Há um jogo dialético entre adaptação e superação que é constitutivo do próprio ministério.

No que se refere ao movimento de urbanização, a teologia pode destacar o significado humano da cidade e situar a missão da Igreja em face dessa unidade humana. Foi o que fizemos numa obra anterior, **Théologie de la Ville**. Porém, a cidade não é vivida conscientemente em todas as suas exigências. Os servidores da Igreja devem viver a cidade de modo mais consciente e completo do que os cidadãos comuns. Devem antecipar, para poder levar a cidade à sua vocação total. Portanto, a adaptação consiste em contradizer as aspirações dos cidadãos na medida em que estas limitam, rebaixam ou negam a realização espiritual da cidade. Todos os ministérios pretendem uma realidade só: a vivência cristã na cidade. Embora estejam situados em vários níveis: testemunho, caridade, evangelização, etc.

Dessa maneira, a teologia obriga a corrigir as problemáticas espon-

tâneas. Espontaneamente surgem as perguntas: qual é a missão do "padre" na civilização urbana, qual é a missão do religioso, da religiosa, qual é a missão do beneditino, do dominicano, do jesuíta, etc.? Todas essas perguntas são falsas e precisam ser substituídas por outras: qual é a missão da Igreja na cidade? Qual dessas missões podemos, nós, assumir? Nem o clero, nem os institutos religiosos poderiam renovar-se partindo de dentro. A renovação procede da parte de fora: a palavra de Deus vem da parte de fora. Os fatos exteriores mostram as metas, as normas, e o alcance da reforma.

Parece que a teologia não é capaz de ir além dessas tarefas. A teologia pode prever que haverá formas novas de ministérios, mas não pode revelar nem qual será exatamente sua constituição, nem a época de seu surgimento, nem a sucessão em que poderão aparecer, nem a importância numérica, nem o tipo de relacionamento com as instituições antigas. Portanto, a teologia não pode ter a pretensão de oferecer programas de ação. O problema da ação apela para outro tipo de consideração e reflexão: a pastoral.

### III. Os problemas da pastoral.

1. Em primeiro lugar, os ministérios não surgem por decreto jurídico, nem em virtude de planejamentos prévios. As vocações não se podem planejar. Elas procedem de Deus. As iniciativas de Deus são imprevisíveis. Portanto, precisamos constatar as vocações, e planejar em função dos dons que Deus distribui, uma vez reconhecidos os ministérios que Ele próprio sugere. Se ninguém se apresenta para exercer tal função determinada, não

adianta prever essa função, no planejamento.

Daí resulta que a primeira tarefa da pastoral consiste em percorrer a Igreja inteira, todos os grupos, as famílias, os indivíduos, para reconhecer os dons divinos, as vocações latentes. Deus não abandona sua Igreja. Por conseguinte Deus depositou nela todos os dons, todos os carismas, todas as vocações necessárias para cumprir a missão de hoje. Melhor ainda: a missão da Igreja, *hic et nunc*, somente pode ser determinada a partir dos carismas que existem.

Em certos casos, os carismas aparecem já de modo muito visível. Porém, esses casos supõem carismas já muito elaborados, e, de certo modo, integrados dentro da Igreja visível. Mais difícil é a tarefa de descobrir os carismas que ainda estão latentes. Muitas pessoas são dotadas de vocações sobrenaturais, mas estão inconscientes de seu poder. As condições exteriores, as instituições estabelecidas fazem com que a missão permaneça escura aos seus olhos. Diante dos diversos ministérios que a Igreja lhes apresenta na atualidade, sua reação é a indiferença.

Assim estavam os apóstolos quando Jesus trabalhava de carpinteiro em Nazaré. Cada um deles exercia sua profissão indiferente aos diversos ministérios do judaísmo. O contato com Jesus fez com que descobrissem uma vocação em que nunca tinham pensado. Hoje em dia, também, há muitos cristãos que desconhecem a missão que Deus lhes reservou na sua Igreja.

Cabe à pastoral chegar a explicitar as vocações latentes. Na etapa seguinte e, somente, na etapa seguinte, será possível planejar e organizar.

2. A segunda etapa consiste em abrir espaço na Igreja para as vocações que se podem descobrir. As instituições atuais não deixam lugar para as inovações. Não se pode colocar vinho novo em odres velhos. A paróquia, os movimentos organizados, os institutos religiosos tendem a monopolizar o serviço da Igreja. Inconscientemente, os institutos, oficializados reprimem e impedem a implantação de papéis novos. Portanto, cabe à pastoral suprimir os monopólios, receber as formas novas da missão e conferir-lhes a necessária liberdade na Igreja.

Para dar somente um exemplo, podemos pensar que, nas áreas populares suburbanas, a existência de paróquias impede a formação de comunidades e de ministérios de tipo novo. Seria necessário criar setores paroquiais, setores de missões, em que se procuraria, numa primeira etapa, despertar comunidades novas e novos ministérios, e, na etapa seguinte, deixar aos novos ministros a liberdade de funcionar conforme o carisma novo que se descobrirá, sem definir condições a priori.

Da mesma maneira, os conventos, as casas preexistentes impedem a invenção de ministérios novos por parte de religiosos jovens. A única possibilidade de invenção consiste em libertá-los das necessidades das casas existentes, dando-lhes a liberdade de descobrir novas formas de apostolado em setores ainda não institucionalizados.

Seria ilusão pensar que se poderá manter o passado ao lado do futuro. Em muitos casos, a criação do novo exige a destruição do antigo. Pois o antigo tende a absorver o novo. Assim aconteceu com os movimentos apostólicos de leigos que

a paróquia quis colocar a serviço de sua própria sobrevivência. Pedir a movimentos leigos que "reenimem" a paróquia, que "renovem" a paróquia, é colocar vinho novo em odres velhos. Ao invés, precisamos, primeiro, criar espaço de liberdade para as criações novas, e, depois disso, adaptar a paróquia às instituições novas. A norma não procede do velho, e sim do novo.

Em todas as épocas novas da história da Igreja, surgiram institutos novos. Num primeiro momento, os antigos tendem a freiar o movimento de criação. Porém, uma vez estabelecidos na Igreja, os novos institutos tornam-se os instrumentos da renovação dos antigos pelas inspirações novas que trazem.

3. A terceira etapa consiste em coordenar as iniciativas novas dentro do conjunto da missão da Igreja. Aí intervém o planejamento: somente depois de descobertos, aceitos e reconhecidos na Igreja. Não se trata de subordiná-los a planos preestabelecidos. A atividade da Igreja é inteiramente livre. Não existem meios de pressão material para obrigar as pessoas dispostas a oferecer seus serviços a atuarem num plano definido de antemão. Por sinal, o que aconteceu mais vezes com os planos de pastoral de conjunto, foi que os grupos, os movimentos e as iniciativas espontâneas da Igreja não os aceitaram. Portanto, os planos ficaram nas gavetas, e cada um continuou fazendo o que fazia antes. Os planos valem na medida em que coordenam realmente os carismas que vão surgindo, respeitando-lhes a especificidade.

4. Finalmente chega a época de institucionalizar. Uma vez cons-

tituídos os ministérios novos, uma vez os novos serviços instalados, poderemos perguntar-nos qual será seu estatuto oficial: convém ou não convém dar-lhes uma ordenação, sacerdotal, diaconal ou outra? Quem será ordenado? Essa é a última pergunta. Não adianta dar ordenações sagradas a pessoas das quais não se sabe ainda qual será seu ministério, que papel vão cumprir.

Antigamente, o problema da vocação colocava-se assim: essa pessoa tem a vocação de padre? tem a vocação de religioso ou religiosa? Hoje em dia, não podemos proceder assim. Antigamente, uma vez padre, religioso ou religiosa, depois da ordenação ou da profissão, o sujeito perguntava-se: agora qual será meu papel? que deve fazer padre, o religioso ou a religiosa? Vamos inverter os termos. Hoje em dia, a primeira pergunta será: qual é a missão, a vocação, o papel específico deste indivíduo? Quando o sujeito estiver funcionando e exercendo seu papel, sua missão esperar-nos: agora, dada a atividade desta pessoa, convém ou não convém dar-lhe uma ordenação?

5. Podemos constatar que a pastoral dos ministérios ultrapassa de longe a capacidade da teologia. Ela exige, em primeiro lugar, senso espiritual de discernimento das ins-

pirações do Espírito Santo. A teologia permite discernir no passado. porém, o discernimento daquilo que ainda não oferece argumentos comprovados, mas apenas promessas, o discernimento entre aquilo que é efêmero e aquilo que é realmente espiritual, requer dons espirituais, também.

Em segundo lugar, a pastoral é ação. A teologia não pode dizer: aqui e agora precisamos suprimir A para que B possa viver. Essas decisões constituem a arte do governo na Igreja. Hoje em dia, mais do que nunca, precisamos de autoridades que saibam governar, e não somente administrar. Administrar é apenas aplicar receitas e regulamentos feitos de antemão. Governar é saber escolher entre diversas possibilidades sem saber o futuro. Governar é saber ajudar as forças reais que atuam, e não confiar naquilo que está morrendo.

Os aparelhos rotineiros, antiquados não despertam vocações novas. Prolongam o passado ou tratam de prolongá-lo. Mas os sinais do futuro atraem as energias novas, e despertam forças desconhecidas. O futuro dos ministérios depende de tais sinais — na medida em que depende não somente da iniciativa divina, mas também da colaboração humana.